

Atitude favorável *Divida Externa* no Senado Federal

O acordo que o País acertou em princípio com os bancos foi bem recebido no Senado Federal. Para o presidente da Casa, Mauro Benevides (PMDB-CE), o texto atende aos interesses do País e "se ajusta ao que o Senado propôs".

A pedido do ministro Marcílio Marques Moreira, o líder do governo no Senado, Marco Maciel (PFL-PE), deverá reunir senadores de todos os partidos para ouvir do ministro da Economia uma explicação dos termos do acordo. Maciel considerou a aprovação "tranquila". De acordo com Benevides, se o acordo chegar ao Senado nos próximos dias será possível aprová-lo até o final deste mês. O presidente da comissão, Raimundo Lira (PMDB-PB), considerou-o "altamente positivo", tocado "com o conhecimento prévio da comissão e de líderes da Casa".

"Não há dúvida de que o ministro Marcílio saiu fortalecido, porque os termos gerais do acordo são positivos para o Brasil", disse o governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho. "Nas circunstâncias atuais, o acordo dá estabilidade às nossas relações internacionais", disse o presidente do PMDB, Orestes Quércia.

Para o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Luiz Péricles Michelin, por exemplo, o acordo facilitará a volta de dinheiro novo para financiar investimentos.

"Para os exportadores, a situação deve melhorar", disse Wilson Quintella Filho, presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC). "Vamos voltar a ter créditos com taxas normais e não distorcidas", disse Celso Mário Schmitz, diretor financeiro da Ceval Alimentos.

"A normalização da situação do Brasil com os

bancos credores privados ajudará os projetos que dependem de recursos externos para se viabilizarem", argumentou Horácio Cherkassky, presidente da Associação Nacional dos Produtores de Papel e Celulose.

Para Affonso Celso Pastore, não se deve esperar reflexos nos mercados financeiros, que já anteciparam a mudança de uma posição hostil para outra, negociadora, por parte do Brasil. "Esse acordo já foi descontado nos preços dos títulos da dívida externa e das ações", disse.

Para Paulo Nogueira Batista Jr., o entendimento sobre alguns dos principais aspectos da renegociação da dívida envolve uma pequena redução de dívida em troca de garantias adquiridas com dívida nova emitida e parte das reservas.

Os ex-ministros Luiz Carlos Bresser Pereira e Zélia Cardoso de Mello fizeram restrições. Para Bresser, a maior parte do ônus fica com o País. "O acordo aumenta os gastos do País com a dívida. É uma incoerência fazer maiores pagamentos com a situação fiscal ruim que temos", disse a ex-ministra.

(Ver páginas 18 a 22)

*Nas páginas 18 a 22
uma cobertura
completa do*

*Acordo
da Dívida*

*e a íntegra
dos comunicados*